

# Republicanos conquistam controle da Câmara graças à Suprema Corte

19/11/2022

Tarde da noite na quarta-feira (16/11), os democratas receberam uma notícia de tirar o sono: os republicanos elegeram o 218º deputado federal e, com isso, garantiram ao partido a maioria na Câmara dos Deputados dos EUA. A conquista da maioria na Câmara pelos republicanos era esperada, mas havia uma esperança

A confirmação veio depois de os democratas terem recebido, durante a primeira semana de apuração de votos, algumas boas notícias: conquistaram o controle do Senado, se saíram bem nas eleições para governadores de estados e para deputados e senadores estaduais — incluindo a formação de seis novas "trifectas" (que significa ganhar a eleição para governador e conquistar a maioria nas duas Casas da Assembleia Legislativa em um estado).

A que se atribui, então, a derrota dos democratas apenas na Câmara dos Deputados (embora por pequena margem: até então, os republicanos elegeram 218 deputados federais e os democratas 212; falta terminar a contagem de 5 distritos eleitorais, para completar os 435 cargos disponíveis na Casa)?

A resposta predominante dos analistas políticos (chamados nos EUA de "pundits"), como destacado pelos sites da MSNBC, Demand Justice e outros é: os republicanos ganharam a eleição para a Câmara dos Deputados Federal graças à Suprema Corte dos EUA. A maioria conservadora-republicana da corte se absteve de resolver alguns conflitos relacionados à configuração dos distritos eleitorais, o que favoreceu os republicanos.

O que a Suprema Corte fez foi se recusar a julgar alguns casos de "gerrymandering" — ou "gerrymander", uma palavra cunhada em 1812 por um cartunista do Boston Gazette para satirizar um mapa distrital aprovado pelo então governador Elbridge Gerry, cuja aparência lembrava uma salamandra (*salamander*).

Essa **manobra política** consiste em desenhar mapas eleitorais que dividem uma área em que prevalece o eleitorado do partido adversário em duas ou três áreas menores e juntar cada uma delas a áreas maiores em que prevalece o eleitorado do partido no poder. Assim, garante-se a eleição de deputados do partido no poder em dois ou três distritos. Outra manobra é congregar todos os eleitores do Partido de oposição em um único distrito, de forma que sobram mais distritos para o partido no poder.

No ano passado, três juízes federais decidiram que mapas distritais desenhados por parlamentares republicanos violavam a Lei dos Direitos ao Voto. Tais mapas eram *gerrymanders* raciais ilegais, por diluir os direitos e a representatividade dos eleitores de minorias.

A solução seria redesenhar os mapas. Mas os ministros conservadores da Suprema Corte impediram que isso acontecesse — e isso foi decisivo para o Partido Republicano alcançar uma pequena maioria na Câmara dos Deputados, nas eleições de 2022, segundo a MSNBC e a organização Demand Justice.

A primeira decisão foi tomada em fevereiro deste ano. Cinco ministros conservadores da Suprema Corte decidiram que o mapa distrital republicano de Alabama deveria permanecer como estava, apesar de um colegiado de três juízes de um tribunal de recursos (dois dos quais nomeados pelo ex-presidente Trump, que é republicano) terem decidido que o mapa violava a Lei dos Direitos ao Voto de 1965.

O mapa reservou aos eleitores negros, que representam 25% da população do estado, apenas um distrito eleitoral, dos sete distritos eleitorais de Alabama (que equivale à eleição de sete deputados federais). Em uma pauta de emergência (apelidada de *shadow docket* nos EUA), os ministros Brett Kavanaugh e Samuel Alito escreveram, em voto concorrente,





que o mapa deveria valer, porque não havia tempo hábil para redesenhá-lo antes das eleições primárias.

A ministra liberal Elena Kagan escreveu no voto dissidente que havia tempo de sobra para redesenhar o mapa distrital. Segundo a ministra, os parlamentares republicanos desenharam o mapa em disputa em aproximadamente uma semana. As eleições primárias do estado estavam marcadas para 24 de maio, de forma que havia cerca de três meses para redesenhar o mapa.

A decisão de Alabama teve um efeito cascata em outros estados. Na Geórgia, por exemplo, um juiz federal concluiu que o mapa distrital desenhado pelos parlamentares republicanos provavelmente violava a Lei dos Direitos ao Voto e que, portanto, o estado deveria redesenhar o mapa. Mas sua decisão final, no entanto, foi a de que o mapa poderia vigorar, em vista da decisão da Suprema Corte no caso de Alabama.

Em Louisiana, a decisão de um juiz federal decidiu que o mapa distrital desenhado pelos parlamentares republicanos provavelmente violava a Lei dos Direitos ao Voto. E ordenou que a Assembleia Legislativa do estado redesenhasse um mapa que não prejudicasse as minorias. Mas, antes de isso acontecer, a Suprema Corte garantiu um recurso de emergência ao estado, permitindo que o mapa distrital, provavelmente ilegal, fosse usado nas eleições de metade de mandato (*midterms*) de 2022.

Como esses casos foram julgados pela Justiça Federal, incluindo a Suprema Corte, decisões corretas poderiam inspirar — ou forçar — outros estados a redesenhar seus mapas contaminados por gerrymandering, para possibilitar a eleição de mais deputados representantes de minorias, segundo o site *FiveThirtyEight* (538), que se foca em análises de pesquisas eleitorais e em política.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2022-nov-19/republicanos-conquistam-controle-camara-gracas-suprema-corte/>